



O PAPEL DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA SEXUAL INFANTIL: PEDAGOGIAS FEMINISTAS E EQUIDADE DE GÊNERO

Laís Oliveira Abreu; Ana Lúcia Gomes da Silva

Universidade do Estado da Bahia; Universidade do Estado da Bahia

laiabreu@gmail.com; analucias12@gmail.com

Resumo: O presente artigo toma como objeto de estudo o papel da escola no enfrentamento da violência sexual infantil. O objetivo central consistiu na realização do levantamento dos dados acerca do enfrentamento da violência sexual infantil no contexto educacional brasileiro no período de 2007 a 2018 nas pesquisas em educação disponibilizadas nos portais de busca da CAPES e da BDTD. A partir de reflexões e inferências acerca das pesquisas analisadas, problematizou-se sobre o papel da escola no enfrentamento da violência sexual infantil a partir da perspectiva da equidade de gênero e das pedagogias feministas. O método adotado na primeira etapa da pesquisa se caracteriza como bibliográfico, utilizando o enfoque metodológico de revisão sistemática, haja vista que a pesquisa com o enfoque metodológico da revisão sistemática, consiste numa forma de pesquisa metódica, que utiliza como fonte de dados a literatura sobre o tema delimitado. Esse tipo de estudo permite ao pesquisador/a descobrir novos rumos para a investigação, mediante a análise do material levantado durante o processo de revisão. As pesquisas apontaram o quão é crucial que as discussões de gênero e sexualidade sejam pautadas dentro da educação e, consequentemente, da escola. Mas também não deixam de reconhecer o quão desafiadora é esta tarefa. Sinalizam que não há preparo pedagógico pertinente para a prevenção e o enfrentamento da violência sexual infantil no ambiente escolar. Assim, evidencia-se que esse é um campo fértil para estudo, tendo em vista que a educação é um campo da ciência que está a passos lentos nesse processo, considerando, por exemplo, a área de saúde e psicologia.

Palavras-chave: Violência sexual infantil, educação, gênero, revisão sistemática.

INTRODUÇÃO

A violência sexual infantil é uma das graves formas de violência que acomete as crianças e adolescentes na sociedade brasileira. Tal violência se manifesta por meio do abuso sexual (se caracteriza quando a finalidade é meramente a satisfação sexual da pessoa que violenta) e da exploração sexual (se caracteriza pela exploração sexual dos corpos das crianças para fins comerciais e

lucrativos), ambas atravessadas por relações de poder que colocam a criança em situação de extrema vulnerabilidade.

De acordo com o Atlas da Violência 2018 divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA¹, “68% dos registros, no sistema de saúde, se referem a

¹ Para maior aprofundamento consultar Atlas da violência 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index..> Acesso em: 10, nov, 2018.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

estupro de menores, onde quase um terço dos agressores das crianças (até 13 anos) são amigos e conhecidos da vítima e outros 30% são familiares mais próximos como pais, mães, padrastos e irmãos” (IPEA, 2018, p. 4). Segundo o documento, “quando o perpetrador era conhecido da vítima, 54,9% dos casos tratam-se de ações que já vinham acontecendo anteriormente e 78,5% dos casos ocorreram na própria residência” (IPEA, 2018, p. 4). Os dados de realidade levantados pelo IPEA, apontam a gravidade e desafio que circundam este tema de pesquisa, sobretudo na área de educação, como veremos neste texto com o levantamento das pesquisas realizadas e quais as áreas em que o tema é bastante estudado. Nesta mesma esteira argumentativa, a Constituição Federal de 1988 reconheceu no seu artigo 227 como dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Esse direito foi reafirmado na Lei 8.069/90 que instituiu o Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente – ECA. Contudo, observa-se a partir das estatísticas acerca da violência sexual, conforme os dados do Atlas da violência 2018, que os direitos humanos

das crianças e adolescentes têm sido e continuam sendo gravemente violados.

Se há a negligência institucional no que diz respeito à proteção dos direitos da criança e do adolescente, o que faz-nos aduzir que a violência sexual infantil é tolerada socialmente, torna-se pertinente indagar: E a escola, como lida com a referida temática e com as questões que dela emergem? Como a educação tem assumido o dever de prevenção do fenômeno da violência sexual infantil? Há ações político-pedagógicas com enfoque na formação docente para o enfrentamento da violência sexual infantil?

Nesse sentido, buscando encontrar pistas para problematizar os questionamentos postos, o objetivo geral deste artigo consistiu na realização de levantamento dos dados acerca do enfrentamento da violência sexual infantil no contexto educacional brasileiro no período de 2007 a 2018 nas pesquisas em educação disponibilizadas nos portais de buscas do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e da Biblioteca Digital de Dissertações e Teses - BDTD.

Nas seções seguintes deste artigo apresentaremos o método utilizado no estudo, os resultados e discussões, além das percepções (in)conclusivas - fundamentadas em SAFFIOTI (2003); BARRETO; PASSOS; ROCHA (2011); MEYER (2013) e



SARDENBERG (2011) - considerando a revisão sistemática realizada.

METODOLOGIA: método e síntese dos dados emergentes

O presente estudo tem como método a pesquisa bibliográfica por meio do enfoque metodológico da revisão sistemática. As revisões sistemáticas se caracterizam como “[...] metódicas, explícitas e passíveis de reprodução. [...] Serve para nortear projetos, indicando novos rumos para futuras investigações, identificando quais métodos de pesquisa foram utilizados em uma área” (MC; RF, 2007, p. 1). De acordo com (Galvão e Pereira, 2014, p. 183):

Os métodos para elaboração de revisões sistemáticas preveem: (1) elaboração da pergunta de pesquisa; (2) busca na literatura; (3) seleção dos artigos; (4) extração dos dados; (5) avaliação da qualidade metodológica; (6) síntese dos dados (metanálise); (7) avaliação da qualidade das evidências; e (8) redação e publicação dos resultados.

Com base nos procedimentos elencados por Galvão e Pereira para a elaboração da revisão sistemática, a presente investigação partiu da seguinte questão norteadora: Quais as contribuições das pesquisas realizadas na área de educação quanto ao enfrentamento da violência sexual infantil, e, dentre essas, quais apresentam a pedagogia feminista como ferramenta pedagógica nesse processo?

A busca na literatura se deu inicialmente considerando as informações das dissertações e teses indexadas no portal CAPES. Todavia, considerando o recorte temporal - período compreendido entre os anos de 2007 a 2018 –, e considerando ainda, que a CAPES não possibilita o acesso às publicações de trabalhos completos anteriores a 2013, o que limitava a nossa busca, utilizamos, num segundo momento, os trabalhos disponibilizados no catálogo de teses e dissertações da BDTD para ampliar o escopo de análise.

As buscas foram realizadas tomando por base os seguintes descritores: violência sexual infantil; violência sexual infantil e educação; violência sexual infantil e práticas pedagógicas; violência sexual infantil e feminismo; violência sexual infantil e pedagogia feminista. O operador (*booleano*) utilizado foi o AND. “O operador booleano AND é usado para restringir a pesquisa, fazendo a intersecção dos conjuntos de trabalhos que possuem os termos combinados.” (PIZZANI, 2012, p. 61). Utilizou-se também das aspas para fins de delimitar a busca por trabalhos que contivessem as expressões de busca em seus exatos termos.

Os critérios de inclusão utilizados foram: os trabalhos oriundos de Programas de Mestrado e Doutorado em Educação que relacionassem



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

educação e enfrentamento da violência sexual infantil e temáticas afins (educação sexual, sexualidade e gênero); que apresentassem a pedagogia feminista como ferramenta pedagógica de enfrentamento da violência sexual infantil; oriundos de mestrado e mestrados profissionais em educação de qualquer região do Brasil. Os critérios de exclusão: trabalhos não relacionados à educação anteriores a 2007; que não discutissem o enfrentamento da violência sexual no contexto da educação; não fossem oriundos de programas da educação.

Deste modo, como na maioria das buscas realizadas no banco da CAPES e da BDTD com o uso das aspas duplas, não foi possível encontrar produções acerca do tema investigado, decidimos por mudar a estratégia de busca sem o uso das aspas. Contudo, ainda utilizando o operador *AND*. As buscas foram feitas em 05 de outubro de 2018 na CAPES e em 08 de outubro de 2018 na BDTD. Conforme quadro abaixo, a quantidade encontrada foram as seguintes:

Quadro 1 – Relação de trabalhos encontrados por descritores sem a utilização das aspas; sem e com a utilização dos filtros.

DESCRITORES	CAPES	BDTD
Violência sexual infantil/sem filtros	45.473 resultados	150 resultados
Violência sexual infantil/com filtros	2876	122
Violência sexual infantil AND educação/ sem filtros	9547	42

Violência sexual infantil AND educação/ com filtros	2122	02
Violência sexual infantil AND práticas pedagógicas/sem filtros	4651	08
Violência sexual infantil AND práticas pedagógicas/com filtros	2469	Com filtro temporal 05
Violência sexual infantil AND feminismo/sem filtros	4636/20.	15
Violência sexual infantil AND feminismo/com filtros	1116/04	12
Violência sexual infantil AND práticas pedagógicas AND educação infantil/sem filtros	1173	07
Violência sexual infantil AND práticas pedagógicas AND educação infantil/com filtros	484	04
Violência sexual infantil AND pedagogia feminista/sem filtros	991	02
Violência sexual infantil AND pedagogia feminista/com filtros	332/721	02

Fonte: Elaboração da autora, 2018.

A partir das buscas, foram selecionados dezesseis trabalhos levando-se em conta àqueles que mais se aproximaram do nosso objeto de estudo. A seguir, apresentamos as características gerais das pesquisas encontradas e as discussões feitas a partir dos resultados relacionando a pedagogia feminista e o papel da escola no enfrentamento da violência sexual infantil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da metodologia apresentada na seção anterior, selecionamos dezesseis trabalhos para análise, cujas características gerais são apresentadas abaixo:



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Quadro 02 – caracterização geral das pesquisas selecionadas

Aspectos da pesquisa	Trabalho 01
Autor (a)	Lorena Christina de Anchieta Garcia
Título	Sexualidade Humana e Educação Sexual: elaboração e análise de formação continuada para professores/as do ensino fundamental
Nível	Mestrado Profissional em Educação Sexual
Local de Produção/IE	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Araraquara
Ano	2018
Problema, questão de pesquisa	Não menciona.
Aspectos da pesquisa	Trabalho 02
Autor (a)	Katiucia de Oliveira Peres
Título	A violência infantil e seus reflexos no processo de aprendizagem na comarca de Marechal Cândido Rondon - PR
Nível	Mestrado em Educação
Local de Produção/IE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE – Campus de Cascavel
Ano	2018
Problema, questão de pesquisa	O foco deste estudo é o fenômeno do distúrbio de aprendizagem em crianças vítimas da violência e que impacta no ambiente escolar.
A	Trabalho 03
Autor (a)	Fabrício Meyer
Título	Análise do Jogo “Trilha da Proteção”- como auxiliar na diminuição da vulnerabilidade para a violência sexual infantil
Nível	Mestrado Profissional em Educação Sexual
Local de Produção/IE	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Araraquara
Ano	2017
Problema, questão de pesquisa	O objetivo precípua deste estudo é o de avaliar se o jogo “Trilha da Proteção” pode ser considerado um objeto de aprendizagem para crianças no ensino fundamental (de 6-12 anos) na temática da violência sexual contra a infância de acordo com a metodologia <i>Learning Object Review Instrument 1.5 (LORI)</i>
Aspectos da pesquisa	Trabalho 04

Autor (a)	Priscila da Rocha Luiz Bueno.
Título	As políticas públicas na prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças no município de Maringá.
Nível	Mestrado em Educação
Local de Produção/IE	Universidade Estadual de Maringá
Ano	2016
Problema, questão de pesquisa	Violência infantil e quais são os encaminhamentos dados aos casos de violência no Município de Maringá.
Aspectos da pesquisa	Trabalho 05
Autor (a)	Maria Rita Neves Ramos
Título	Relações de gênero e docência na educação infantil: interfaces entre políticas públicas e abordagens pedagógicas
Nível	Mestrado em Educação
Local de Produção/IE	Universidade Federal de Juiz de Fora
Ano	2016
Método	Estudo bibliográfico
Aspectos da pesquisa	Trabalho 06
Autor (a)	Rita de Cassia Vieira Borges
Título	Educação em sexualidade, sexualidade e gênero: desafios para professoras(es) do Ensino Infantil.
Nível	Mestrado Profissional em Educação Sexual
Local de Produção/IE	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Araraquara
Ano	2016
Problema, questão de pesquisa	Como o trabalho pedagógico é elaborado frente às manifestações da sexualidade das(os) alunas(os)?
Aspectos da pesquisa	Trabalho 07
Autor (a)	Paula Maria Trabuco Souza
Título	Contribuições para o processo de formação de professores em educação sexual
Nível	Mestrado em educação
Local de Produção/IE	Universidade Católica de Goiás - PUC-Goiás
Ano	2016
Problema, questão de pesquisa	Formação de professores em Educação Sexual
Aspectos da pesquisa	Trabalho 08
Autor (a)	Suelen Batista Freire
Título	Abuso sexual infantil: sentidos compartilhados por professores



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Nível	Mestrado em Educação
Local de Produção/IE	Universidade Federal de Pernambuco
Ano	2016
Problema, questão de pesquisa	Como os professores de Educação Infantil representam o abuso sexual de crianças nessa etapa de escolarização?
Aspectos da pesquisa	Trabalho 09
Autor (a)	Andreia Penco Faria
Título	O Projeto “Escola que Protege” em Dourados/MS: Prevenção da Violência Sexual Infanto-juvenil no Âmbito Educacional
Nível	Mestrado em Educação
Local de Produção/IE	Universidade Estadual da Grande Dourados
Ano	2015
Problema, questão de pesquisa	Originou-se da preocupação pelo elevado número de casos de crianças e adolescentes violentadas sexualmente, registradas para atendimento no Centro de Referência de Assistência Social (CREAS).
Aspectos da pesquisa	Trabalho 10
Autor (a)	Claudionor Renato da Silva
Título	Proposta teórico-interpretativa em sexualidade infantil: contribuição à educação sexual a partir da <i>grounded theory</i>
Nível	Doutorado em Educação Escolar
Local de Produção/IE	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Araraquara
Ano	2015
Problema, questão de pesquisa	O que os dados documentais em revistas, dissertações e teses têm a dizer sobre a sexualidade infantil, que possam expressar um modelo teórico-interpretativo à área da educação sexual, uma teorização?
Aspectos da pesquisa	Trabalho 11
Autor (a)	Debora Cristina Costa.
Título	A educação infantil e as manifestações da sexualidade de crianças de zero à seis anos: uma análise sobre a compreensão de professores de centros de educação infantil municipal em Lages.
Nível	Mestrado em Educação
Local de Produção/IE	Universidade do Planalto Catarinense
Ano	2014
Problema,	Como trabalhar emancipatoriamente

questão de pesquisa	práticas pedagógicas frente às manifestações da sexualidade infantil na educação sexual, sem cometer enganos ou equívocos considerando as necessidades básicas e fundamentais da criança em processo de desenvolvimento?
Aspectos da pesquisa	Trabalho 12
Autor (a)	Lívia Monique de Castro Faria
Título	Violências Sexuais: o borbulhar de discursos de profissionais da educação infantil.
Nível	Mestrado Profissional em Educação
Local de Produção/IE	Universidade Federal de Lavras
Ano	2013
Problema, questão de pesquisa	O presente trabalho entrelaça as temáticas, a saber: sexualidades, gênero, infâncias, Educação Infantil e outras que perpassam as violências sexuais contra crianças.
Aspectos da pesquisa	Trabalho 13
Autor (a)	Mayra Rocha Vollet
Título	O saber e o não revelar da violência sexual doméstica infantil na dinâmica do profissional escolar
Nível	Doutorado em educação
Local de Produção/IE	Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara
Ano	2012
Problema, questão de pesquisa	Como os profissionais escolares lidam, hoje, com a revelação da violência sexual doméstica infantil na escola?
Aspectos da pesquisa	Trabalho 14
Autor (a)	Hilda Maria Zanetti Heller de Mattos
Título	A questão de gênero e a formação da professora da educação infantil
Nível	Mestrado em Educação
Local de Produção/IE	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Ano	2011
Problema, questão de pesquisa	Perspectivas dos estudos da infância e da história da formação de professores no segmento da Educação Infantil em nosso país, sobretudo das questões relativas ao gênero.
Aspectos da pesquisa	Trabalho 15
Autor (a)	Railda Maria Bispo de Jesus
Título	Abordagens de Gênero e Sexualidade na educação infantil: dilemas,



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

	desafios e perspectivas no fazer pedagógico da sala de aula.
Nível	Mestrado em Educação
Local de Produção/IE	Universidade Federal da Bahia
Ano	2010
Problema, questão de pesquisa	A pesquisa surgiu a partir da necessidade de perceber como estão refletidas, no cotidiano escolar, da sala de aula, as orientações contidas no Referencial Curricular para Educação Infantil no tocante a abordagem das questões sobre sexualidade e gênero.
Aspectos da pesquisa	Trabalho 16
Autor (a)	Maria do Rosário Nunes
Título	Pedofiliação e mercado: o corpo-produto de crianças e adolescentes na era de direitos no Brasil
Nível	Mestrado em Educação
Local de Produção/IE	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Ano	2009
Problema, questão de pesquisa	O enfrentamento da exploração comercial de crianças e adolescentes na agenda política nacional.

Fonte: Elaboração da autora, 2018.

A partir da apresentação das características gerais das pesquisas, vê-se que a maioria das produções encontradas é do ano de 2016. Não foram encontradas produções dos anos de 2007 e 2008, e as mesmas apresentam no geral a violência infantil, sexualidade e gênero como categorias teóricas que fundamentam os estudos e seus desdobramentos e implicações para a prática docente e os dilemas oriundos da violência infantil para as infâncias das crianças. Infere-se ainda que ao tratar de sexualidade as pesquisas incorporam o gênero para realizar as discussões, embora, saibamos que gênero e sexualidade são distintas. Deste modo, cabe salientar conforme aponta Joana Plaza (2004),

que as marcas de gênero, classe, raça, orientação sexual etc., não são equivalentes. Quando hierarquizadas, as marcas de gênero tendem a se fixar no polo mais “fraco” da balança, por ser a forma mais antiga e naturalizada de distinção entre pessoas, coisas e fenômenos. Na “balança” de gênero, o feminino e, por consequência, as mulheres, ocupam as posições mais vulneráveis por isto mesmo dessa compreensão decorrem equívocos que tomam identidade de gênero por sexualidade. Em outras palavras, identidade de gênero tem muito mais a ver com a maneira como a pessoa se vê/se define do que com o órgão genital que possui.

Vejamos quadro a seguir:

Quadro 03 - Classificação dos trabalhos por área e localização

Ano	Quantidade	Nível/Área	Estado e Cidade	Região
2018	02	01 Mestrado em Educação e 01 Mestrado em Educação Sexual	Paraná e São Paulo (Araraquara)	Sul e Sudeste
2017	01	Mestrado em Educação Sexual	São Paulo (Araraquara)	Sul
2016	05	01 Mestrado em Educação Sexual; 04 Mestrados em Educação.	São Paulo (Araraquara), Goiás (Goiânia), Paraná (Maringá),	Sudeste ; Sul; Centro Oeste; Nordeste.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

			Minas Gerais (Juiz de Fora) e Pernambuco (Recife).	
2015	02	01 Doutorado em Educação Escolar e 01 Mestrado em Educação	São Paulo (Araraquara) e Mato Grosso do Sul (Dourados)	Sudeste e Centro-Oeste
2014	01	Mestrado em Educação	Santa Catarina (Lages)	Sudeste
2013	01	Mestrado Profissional em Educação	Minas Gerais (Lavras)	Sudeste
2012	01	Doutorado em Educação	São Paulo (Araraquara)	Sudeste
2011	01	Mestrado em Educação	Paraná (Curitiba)	Sul
2010	01	Mestrado em Educação	Bahia (Salvador)	Nordeste
2009	01	Mestrado em Educação	Rio Grande do Sul (Porto Alegre)	Sul
2008	-----	Não foram encontradas produções		
2007	Não foram encontradas produções		

Fonte: Elaboração da autora, 2018.

Percebe-se, pelo quadro apresentado acima, a carência de estudos aprofundados sobre o tema nas diversas regiões brasileiras. Na Bahia encontramos apenas uma pesquisa nos

programas de mestrado em educação. Raros também são os trabalhos produzidos na região Nordeste. A maioria deles é oriunda dos Programas das regiões Sul e Sudeste, o que nos leva a compreender cada vez mais a importância dos programa de Pós-graduação no Nordeste brasileiro, considerando as assimetrias regionais e as lutas políticas , epistêmicas e de publicação no enfrentamento das relações de poder que se travam para que temas dessa natureza oxigenem a academia e possibilite fecundos debates e resultados de pesquisas. Como exemplo desta luta, citamos o Encontro de Pesquisa do Nordeste - EPEN², realizado em 2016 em Teresina- Piauí com o tema “Caminhos da Pós-Graduação em Educação no Nordeste do Brasil: Avaliação, Financiamento, Redes e Produção Científica” Observa-se ainda, nas buscas gerais com os descritores utilizados que há uma razoável

² O XXIII EPEN – Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste foi realizado em Teresina, Piauí, de 20 a 23 de setembro de 2016. O EPEN, congregou número significativo de pesquisadores atendendo aos seus objetivos de socializar os avanços da produção científica educacional teórica e prática; promover oportunidades de intercâmbio; fortalecer as redes de pesquisas científicas nacionais; e, por essas vias, consolidar os Programas de Pós-Graduação em Educação, notadamente aqueles que se situam no Nordeste. Para maiores informações consultar: <http://www.anped.net.br/epen2016/>. Ver ainda: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/relatorio_atualizado_xxiii_epen_anped.pdf



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

quantidade de trabalhos que discutem educação sexual, sexualidade e prevenção da violência sexual contra crianças, alguns especificamente sobre o abuso, outros sobre exploração sexual, contudo, a maior parcela desses trabalhos é oriunda da psicologia.

Os trabalhos encontrados abordam em sua maioria a necessidade da discussão da sexualidade e da educação sexual e apontam as dificuldades que se tem no que se refere ao fomento dos debates que envolvem o tema no ambiente escolar. As discussões e as estratégias de enfrentamento e prevenção, na escola, raramente têm acontecido. O assunto é silenciado. Um ponto crucial que aparece em quase todas as pesquisas analisadas é a necessidade de formação dos e das profissionais para o trato dos temas que perpassam o enfrentamento da violência sexual infantil, tais como: gênero, sexualidade, diversidade, educação sexual e o entendimento sobre o que é a violência sexual infantil. Esse aspecto da formação é o mais reivindicado pela escola, conforme apontaram as pesquisas do ponto de vista teórico e empírico.

Dois trabalhos oriundos de um programa de mestrado em educação sexual propuseram intervenções dentro de escolas, uma na perspectiva da formação e outra na perspectiva de apresentar estratégias pedagógicas possíveis para o trabalho do

enfrentamento da violência sexual dentro da escola, apresentando uma ferramenta lúdica criada por um grupo de professores para auxiliar na prevenção de violência sexual de crianças de 6 a 12 anos.

As pesquisas apontaram o quanto é crucial que as discussões de gênero e sexualidade sejam pautadas dentro da educação e, consequentemente, da escola. Mas também não deixam de reconhecer o quanto desafiadora é esta tarefa.

Também sinalizam que a comunidade escolar: reconhece a manifestação da sexualidade das crianças, já que a sexualidade é condição humana; reconhece os preconceitos e violências que perpassam a vida das crianças que estão na escola; reconhece os casos de violência sexual infantil que são revelados dentro da escola, mas que não sabem como agir, etc.

Deste modo, apesar dos desafios, a omissão não pode ser a regra, visto que o que está em jogo é a dignidade humana dos sujeitos escolares. É evidente que crianças são violentadas sexualmente diariamente e a educação não pode isentar-se da responsabilidade ética e do dever legal que lhe incube no sentido de desenvolver papel preventivo.

Observamos ainda que os trabalhos merecem um aprofundamento no campo metodológico, o que evidencia fragilidade e lacuna neste



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

aspecto. A maioria dos resumos não contemplam as informações relevantes da pesquisa, como: problema, objetivos, fundamentações, método e resultados, o que dificulta recuperação das informações por parte dos leitores/as. Contudo, todos os trabalhos trazem contribuições imprescindíveis ao campo científico, que servem de base para orientação das práticas que podem e devem ser desenvolvidas no âmbito educacional para prevenção e enfrentamento da violência sexual infantil.

(IN)CONCLUSÕES

Sobre a violência sexual infantil e os dados apontados na pesquisa do IPEA, mencionada na introdução, e nas problematizações apontadas nas pesquisas selecionadas na revisão, foi sinalizado o alto índice de violência sexual contra crianças, e apontam que esta violência acontece principalmente nos seus lares. Deste modo é relevante retomar Saffioti quando ela afirma que:

O domicílio constitui um lugar extremamente violento para mulheres e crianças de ambos os sexos, especialmente as meninas. Desta sorte, as quatro paredes de uma casa guardam os segredos de sevírias, humilhação e atos libidinosos /estupros, graças à posição subalterna da mulher e da criança face ao homem e da ampla legitimação social dessa supremacia masculina. [...] (SAFFIOTI, 2003, p. 90).

A partir do que reflete Saffiotti entende-se que não dá para se pensar no enfrentamento da violência sexual sem buscar fundamentos na categoria gênero para problematizar as relações de poder e as hierarquias patriarcas que atravessam as suas manifestações, refletir de modo mais aprofundado sobre o tema e traçar soluções que tenham potencial preventivo e inibidor desta prática criminosa. A categoria gênero, cientificamente explorada por estudiosas feministas, é voltada ao entendimento das relações e fatores que influenciam, representam ou identificam o ser homem e ser mulher no meio social. Um marco para ampliação do debate científico da categoria foi a obra *O segundo sexo*, de Simone Beauvoir, escrita no ano de 1949, onde a filósofa afirmou que “não se nasce mulher, torna-se” (BEAUVOIR, 1978, p.09). Na sua afirmação, Beauvoir buscou transmitir a ideia de que as definições de “[...] ser homem ou mulher decorre das relações de poder as quais envolvem valores, cultura e são construídas, aprendidas e ensinadas socialmente” (BARRETO; PASSOS; ROCHA 2011, p. 51).

Partindo do pensamento de Beauvoir, Meyer, ao discutir sobre gênero e educação destaca que gênero é “ferramenta conceitual, política e pedagógica central quando se pretende elaborar e implementar projetos que coloquem em xeque tanto algumas das formas



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

de organização social vigentes quanto as hierarquias e desigualdades dela decorrentes” (MEYER, 2013, p. 12-13). Partindo do pressuposto de que nada é natural, aponta que:

Caberia a educadoras e educadores investir em projetos educativos que possibilitem mudar os focos usuais dos processos de ensino-aprendizagem vigentes: da busca por respostas prontas para o desenvolvimento da capacidade de elaborar perguntas; das certezas para a dúvida e para a provisoriação; do caráter prescritivo do conhecimento pedagogizado para um enfoque que estimule a des-naturalização de coisas que aprendemos a tomar como dadas (MEYER, 2013, p.13).

Deste modo, Sardenberg afirma “que vêm sendo desenvolvidas diferentes técnicas e dinâmicas e práticas educativas diversas que visam sensibilizar mulheres (e homens, também) para as questões de gênero” (SARDENBERG, 2011, p. 18):

Essas práticas político-pedagógicas, aqui denominadas de “pedagogias feministas”, integram as chamadas “pedagogias críticas”, ou “pedagogias alternativas”, voltadas para uma educação libertadora, e têm sido empregadas tanto no trabalho com setores populares quanto na esfera da educação formal. De fato, as pedagogias feministas têm sido bastante teorizadas, aplicadas e avaliadas em diferentes disciplinas, incluindo-se aí os estudos sobre mulheres, comunicação, educação e estudos culturais, dentre outros. (WALLER, 2005, p. 19), já existindo, hoje, uma ampla bibliografia sobre práticas pedagógicas feministas também no ensino superior (SARDENBERG, 2011, p. 18).

Portanto, a pedagogia feminista utiliza-se de técnicas pedagógicas visando o empoderamento dos sujeitos e da comunidade

buscando construir o aprendizado e aplicá-lo por meio de intervenção social. Na revisão sistemática feita percebemos que não existem trabalhos que se debrucem sobre o papel da pedagogia feminista no enfrentamento da violência sexual infantil, demonstrando o quanto o feminismo e suas bases epistemológicas tão importantes para a construção da igualdade, empoderamento e desnaturalização de preconceitos e violências, ainda não são utilizados nas pesquisas em educação, cuja prática ainda é influenciada no geral, pelos discursos e vieses ideológicos conservadores que são reproduzidos socialmente.

A maioria dos trabalhos que discutem violência sexual são produzidos no campo da psicologia, evidenciando o silêncio social que há sobre o tema e como esse silenciamento atravessa as mais diversas áreas da ciência. Isso denota o quanto o assunto está presente nos ambientes terapêuticos por meio do doloroso relato das vítimas que buscam o tratamento das consequências emocionais e psíquicas geradas pela violência sexual, corroborando com as estatísticas que apontam as drásticas consequências na vida social, emocional e psíquica da criança. Não é a toa que o trabalho 02, cuja pesquisa foi sobre a violência infantil e seus reflexos no processo de aprendizagem na comarca de Marechal Cândido Rondon – PR apontou que todas as



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

crianças que sofreram violência (aí incluída a violência sexual) apresentaram problemas de aprendizagem.

Assim, evidencia-se que esse é um campo fértil para estudo, visto que além da relevância temática e da urgente necessidade de aprofundamento teórico e metodológico, apesar de haver estudos sobre o tema da violência em vários campos, a educação é um campo da ciência que está a passos lentos nesse processo. Infere-se que não há preparo pedagógico pertinente para a prevenção e o enfrentamento da violência sexual infantil no ambiente escolar e que esta articulação em rede com a psicologia, saúde, equipe interdisciplinar ainda é incipiente.

Além dos aspectos já mencionados , há de se reconhecer que como se trata de assunto delicado - o que não significa que não deva ser discutido-, se não houver esse preparo pedagógico para que os/as profissionais da educação possam lidar com o tema e com as questões que dele emergem, corre-se o risco de ao invés de contribuir com a prevenção e o enfrentamento, criar situações que vulnerem ainda mais as vítimas e as revitimizem.

Neste sentido, é importante falar numa prática pedagógica que possibilite o desenvolvimento do empoderamento das crianças e dos adolescentes, levando-se em conta que o “empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades

tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir” (COSTA, 2006, p. 07). A partir desta premissa, é oportuno que o empoderamento seja trabalhado dentro da escola, de modo individual e coletivo, contribuindo para a autonomia dos educandos e educandos sobre os seus corpos, suas decisões e sua vida pessoal e social. Além disso, o empoderamento é apontado por especialistas como uma das formas de contribuir para a redução dos níveis de violência sexual infantil, além de ser necessário para a evolução e amadurecimento da sociedade como um todo. Afinal, é função social da escola educar integralmente os sujeitos. Para encerrar este texto, deixemos reverberar em nós a clareza do desafio da escola como espaço diverso. Portanto, é papel da escola pautar o tema da violência infantil, ainda que seja ele, tão silenciado e interditado.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; JARDIM, Silvia Regina Marques. Tendências da produção paulista sobre gênero e educação: um balanço de dissertações de mestrado. **R B P G**, v. 2, n. 3, p. 93-117, mar. 2005.

BARRETO, Maribel; PASSOS, Elizete; ROCHA, Nívea. **Gênero e Educação**. In



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Ensino e Gênero: Perspectivas Transversais, Ana Alice Alcantara Costa, Alexnaldo Teixeira Iole Macedo Vanin (orgs.). Salvador: UFBA - NEIM, 2011.

BEAUVIOR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Atualizada até a Emenda constitucional nº 76/2013. Presidência da República – Casa Civil: Brasília – DF, 2013. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 10 nov. 2015.

GALVÃO, Taís Freire; PEREIRA, Mauricio Gomes. **Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração**. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 23, p. 183-184, 2014. Disponível em: <https://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S2237-96222014000100183&script=sci_arttext&tlang=es>. Acesso em: 04, out., 2018.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. 2006. Disponível em: http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf. Acesso em: 09, jun., 2018.

HEILBONR, Maria Luiza; ARAÚJO, Leila; BARRETO, Andréa (organizadoras). **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça | GPP – GeR**: módulo II. Políticas Públicas e Gênero. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

IPEA. **Atlas da violência** 2018. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=43> Acesso em: 09 jun. 2018.

LIMA, Lana Lage da Gama. Cultura do Estupro, representações de gênero e direito. **Language and Law / Linguagem e Direito**, Vol. 4(2), 2017, p. 7-18. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15920.pdf>>.

MEYER, Dragmar Estermann. **Gênero e educação: teoria e política**. LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. (orgs). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. 9 ed. Petropólis-RJ: VOZES, 2013.

MC, Mancini; RF, Sampaio. **Estudos de revisão sistemática**: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. Revista brasileira de fisioterapia, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbfis/v11n1/12.pdf>> Acesso em: 04, out., 2018.

PIZZANI, Luciana et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. RDBCi: **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 10, n. 1, p. 53-66, 2012.

PINTO, Joana Plaza. Os gêneros do corpo. In: GONÇALVES, Eliane (org.). **Desigualdades de gênero no Brasil**: reflexões e experiências. Goiânia: Grupo Transas do Corpo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e**



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

Realidade, Porto Alegre, v. 20, nº 2, p. 71-99,
jul-dez 1990.

SOUSA, Renata Floriano. **Cultura do Estupro:** prática e incitação à violência contra as mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 25(1): 422, janeiro-abril/2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v25n1/1806-9584-ref-25-01-00009.pdf>>.

SANTOS, Marcely Marques Honório;
ALVES, Renata Farche. A cultura do estupro:
banalização e visibilidade de mudanças
através dos tempos. **Ciência e Práxis** v. 8, n.
16, (2015). Disponível em:
<revista.uemg.br/index.php/praxys/article/view/2223>

SARDENBERG, Cecília M. B.
Considerações introdutórias às pedagogias
feministas. In: **Ensino e Gênero:** perspectivas
Transversais, Ana Alice Alcântara Costa,
Alexnaldo Teixeira, Iole Macedo Vanin
(orgs.). Salvador: UFBA - NEIM, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. e ALMEIDA,
Suely Souza de. Brasil: violência, poder e
impunidade. In: CAMACHO, Thimoteo
(org.). **Ensaios sobre violência**. Vitória:
EDUFES, 2003. pp 85-114.